

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

O Presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica em arruamentos urbanos do município de Dois vizinhos – PR, neste projeto são contemplados serviços como recapeamento, sinalização e execução de calçadas acessíveis em locais onde não possuir, afim de aumentar a vida útil dos pavimentos urbanos, melhorando a comodidade e segurança aos usuários das vias do nosso município.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Tendo em vista o exponencial crescimento da frota veicular de nosso município que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de veículos registrados de quase 40.000 unidades, sem levar em consideração os veículos de outras localidades que transitam pelo no município, a população e os usuários das vias buscam novas rotas trafegáveis afim de evitar os pontos de acumulo de trânsito, sendo assim, como este recurso se trata exclusivamente de infraestrutura para pavimentos urbanos, o município por sua vez viu a oportunidade de expandir a sua malha viária urbana pavimentada, atendendo desta vez trechos de pavimentação que já possuem infraestrutura de pavimento poliédrico e drenagem consolidada e precisam de melhoramento em calçadas e passeios, sendo que através do recapeamento a ser executado, melhore as condições de tráfego do pavimento, atendendo de forma ampla a comunidade e a população local.

Sendo assim neste projeto os trechos atendidos são compostos por pavimentação poliédrica, meio fio, sistema de drenagem e calçadas, que já possui uma estrutura consolidada e que necessitam investimento para manutenção das condições de tráfego e melhorias das condições estruturais do pavimento, complementação de calçadas inexistentes e outros previstos no projeto de engenharia, saliento que os trechos previstos neste investimento, são pavimentos que se não preservados nesta fase, futuramente apresentarão problemas estruturantes e demandarão maiores recursos para conserva-las ou reconstruí-las.

Sendo assim a escolha dos serviços de recapeamento utilizando a pavimentação poliédrica existente como base para nova pavimentação, representa economicidade, segurança e agilidade à população que transita por este, pois a mesma proporciona a população uma malha viária com uma estrutura de qualidade e que facilita o deslocamento e de celeridade a chegada aos destinos gerando economia ao usuário da via e ao município uma vez que melhorias na pavimentação aumentam a vida útil do pavimento, e gera economicidade ao deixar de executar serviços de reestruturação do pavimento em função do avanço do grau de deterioração do pavimento.



Neste ainda podemos dizer que os locais escolhidos para a intervenção do empreendimento é de grande e importância para malha viária urbana do nosso município, e interligará o perímetro dos bairros urbanos a malha asfaltada central do nosso município, sendo assim com este projeto visamos além da manutenção do pavimento, melhorar o fluxo de escoamento de produtos e pessoas.

Ressaltamos que esta obra tratasse de uma pavimentação sobre o pavimento poliédrico, o projeto visa reaproveitar a estrutura de pavimentação existente, melhorando o mesmo, aumentando a capacidade estrutural deste pavimento existente e consequentemente aumentando a vida útil do mesmo.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Informamos que a referida obra não está prevista no Plano Anual de Compras do ano de 2025, porém se tratar de um recurso esporádico, com aporte financeiro de outras entidades.

ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;

Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;

Id do item no PCA: 1406;

Classe/Grupo: 542;

Identificador da Futura Contratação: 987541-184/2025;

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

A empresa licitante deve apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional responsável pelos serviços, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.

A licitante deve apresentar Certidão de Acervo Técnico: Certidão de acervo técnico (CAT) profissional que ateste a execução de características semelhantes aos serviços e emitido pelo CONSELHO DE CLASSE, para pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, profissional este que será o responsável técnico do serviço.

A ART/RRT ou documento equivalente (Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica), por si só, não será aceita como acervo técnico profissional, pois não se caracteriza como um documento que comprove a execução de um serviço.

As quantidades exigidas como acervo deste edital estão em acordo com a Lei nº 14.133/2021, Obs.: Os serviços de maior relevância e valor significativo são as seguintes:

Tipo de Obras: **PAVIMENTAÇÃO OU RECAPEAMENTO ASFALTICO.**



- Como no momento ainda não se sabe o quantitativo a ser executado e este depende do projeto técnico recomendamos que seja exigido de acervo o total de 50% dos itens de maior relevância do orçamento estimativo, desde que este atenda o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa;
- Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução dos serviços. Deverá ser apresentado a relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, nº do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução;
- Declaração de usina de asfalto própria ou de terceiros com a respectiva licença operacional em vigor. Se de terceiros apresentar termo de compromisso de fornecimento ou de usinagem de CBUQ e a usina deverá estar instalada a uma distância máxima do local da obra de 100 km.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

- O processo de cura do CBUQ inicia-se após o período de duas horas, tornando a massa dura e impossibilitando a sua aplicação levado em consideração uma velocidade média de 50km/h do veículo carregado;
- A mistura asfáltica deve ser lançada em camada uniforme de espessura definida, pronta para a compactação, cuja eficiência depende fundamentalmente da temperatura adequada da mistura;
- Um concreto asfáltico aplicado na pista com uma temperatura abaixo da recomendada poderia comprometer o revestimento, já que sua compactação estaria debilitada;
- O uso de ligantes asfálticos nas temperaturas corretas conduziria à redução dos efeitos de craqueamento impostos à mistura, com o consequente aumento da vida útil do revestimento.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Baseamos as quantidades pretendidas em função de um levantamento prévio da área dos trechos a serem executados neste empreendimento, sendo que



estipulamos as quantidades levando em consideração, outras obras similares já licitadas pelo município num total aproximado de 6.185,89 m² de área de pavimentação para um custo aproximado de 156,00 R\$/m².

Deve-se levar em consideração que o projeto técnico demonstrará o real custo do empreendimento, portanto os valores acima poderão ser alterados em função das especificidades do projeto.

5. CONFORME (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Levando em consideração que se trata de pavimentos existentes por se tratar uma obra de restauração e recapeamento de pavimento existentes, o qual já possui uma base consolidada em pavimento poliédrico optamos pela execução de um recapeamento em única fase que seria uma capa asfáltica sobre poliédrico, além dos serviços de recuperação de meio fios, execução de calçadas e sinalização viária, afim de dar funcionalidade ao pavimento.

Salientamos que esta solução acima a mais tradicional e rotineiramente utilizada, além de que este método de reaproveitamento da infraestrutura existente, gera uma economia, pois em outros métodos ou modelos construtivos como o de pavimento rígido em concreto exigiria a remoção do pavimento poliédrico e a execução de bases e sub-bases pétreas granularmente estabilizadas, o que aumentaria o custo efetivo da obra, além de que, estes outros métodos regionalmente poucas empresas estão aptas ou que possuem qualificação técnica suficiente para execução do empreendimento.

Saliento que no mercado existem outros métodos construtivos disponíveis que são:

- Recapeamento asfáltico; sendo este método adotado neste projeto, e que possui custo inferior, sendo que neste projeto o custo apenas do recapeamento ficou entorno de 100,00 R\$/m² - 170,00 R\$/m², pois utiliza da infraestrutura existente como base para recebimento da pavimentação asfáltica.
- Implantação de novos pavimentos: podendo ser pavimento asfáltico ou em concreto, levando em consideração que estes métodos necessitam que seja removido o pavimento existente, além da necessidade de execução serviços de terraplanagem pois necessitaria remover solo para que pudesse executar as camadas de base e sub base e camada asfáltica e ainda manter a grade de pavimento existente, temos que a média de custo da pavimentação para implantação de pavimento asfáltico ficara entono de 250,00 R\$/m² e para pavimento rígidos em concreto entorno de 300,00 R\$/m², além de que estes métodos necessitariam de revisão ou até mesmo reconstrução de dispositivos de drenagem, o que encareceria ainda mais o empreendimento diminuindo o alcance quantitativo do projeto.

JUSTIFICATIVA TECNICA



Salientamos que é o método construtivo escolhido no caso o recapeamento, é o método mais rápido, por não depender de alteração em características naturais já existentes, de mais fácil execução pois não executa trabalhos em terra ou trabalhos com elementos pétreos de base, não necessita de isolamento da área, pois após a aplicação do recapeamento al algumas horas o trânsito já pode ser liberado, além disso é o métodos mais economicamente viável financeiramente pois apresenta um custo de aproximadamente 40 % inferior a outros métodos conforme visto a cima.

Sendo assim estes métodos é o mais economicamente viável para este tipo de obra, sendo assim a forma escolhida é o recapeamento asfáltico.

Vale ressaltar que por se tratar de vias urbanas consolidadas, os trechos não necessitam intervenções de drenagem em grande escala uma vez que os trechos já possuem o sistema de drenagem consolidado, cabendo ao projetista a análise do sistema e sua funcionalidade e caso necessário sua complementação.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Salientemos que como este é um serviço rotineiro e que possui muita demanda em nossa regional, e em nossa região aqui possuímos várias empresas que prestam este tipo de serviço, portanto optamos por referenciar os preços pela planilha SINAPI do mês de agosto de 2024.

Informamos ainda que após este fizemos uma análise aos valores das licitações acima descritas, vimos que os valores apesar da disparidade de tempo não alteraram significativamente.

Portando valor estimado para a presente contratação de aproximadamente 156,00 R\$/m² levando em consideração que o trecho escolhido para o investimento possui em conjunto um total de 6.185,89 m2 teremos um valor estimativo de contratação de R\$ 965.000,00 (novecentos e sessenta e cinco mil reais), já levando em consideração o BDI.

Salientamos que este valor é somente uma estimativa, devendo o projeto executivo e o seu tremo de referência apresentar o valor real do investimento após análise das especificidades da obra.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, que compreende na necessidade da contratação da prestação de serviços de engenharia para execução de restauração e recapeamento de pavimentos e das condições de trafego dos



mesmos, vimos que a solução proposta é a mais tradicional e rotineira encontrada em nossa região, pois a mesma visa primeiramente corrigir pontos deficitários do pavimento existente, fazer um melhoramento/reforço da camada de rolamento através do recapeamento em massa asfáltica e por fim garantir a regulamentação de trânsito através da sinalização do trecho, garantindo assim um acesso rápido seguro e funcional a população que deseja acessar a malha viária do município.

Portanto pode-se dizer que é a solução adotada é a melhor do ponto de vista econômico e técnico, sendo esta obra imprescindível para que o município obtenha sucesso na qualidade de vida e no deslocamento de pessoas e produtos deste município.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Não se pretende realizar a divisão do objeto por meio de grupos, cotas ou lotes, em razão da natureza do objeto por se tratar de uma pavimentação, a separação dos serviços pode comprometer a qualidade dos serviços a serem prestados, uma vez que várias empresas poderiam ser responsabilizadas por má execução de um grupo de serviços específicos.

Outro fator que colabora para que não haja subdivisão dos serviços em grupos específicos é que conclusão efetiva dos mesmos, pois atrasos de quais quer etapa pode acarretar em paralizações da obra em questão atrasos na conclusão de outras etapas executivas, o que compromete a funcionalidade da pavimentação a ser entregue a população.

Portanto sugerimos que o fornecedor seja selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade concorrência sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

Sendo que este formato de contratação não influencia na economicidade e mantém ainda a competitividade do mercado.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

Da contratação do objeto deste ETP espera-se, que o pavimento executado apresente uma boa regularidade superficial, conforto e segurança aos usuários, melhorado assim a malha urbana pavimentada, aumentando na vida útil dos pavimentos trabalhos, reduzindo assim os custos futuros com intervenções estruturais dos pavimentos, além disso esperasse melhorar significativamente capacidade de escoamento do fluxo veicular urbano

O objeto da contratação é caracterizado como:



Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Juscelino Thomazi.
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Marcio Trentini.
Fiscal Técnico:	Marcio Trentini.
Suplentes:	Raul Zanella

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

No momento salientamos que para esta contratação não possui contratações correlatas uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa dès da recuperação da base até a sinalização vertical e horizontal, não necessitando outras contratações para que a obra possuía a devida funcionalidade.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Salientamos que a prestação destes serviços não impacta diretamente em questões ambientais, pois os serviços prestados pois os matérias aplicados como o CBUQ chegam prontos ao trecho e não dissipam elementos químicos contaminantes uma vez que estes sejam executados dentro dos quesitos normativos, já o processo de usinagem do material que demanda de queima ou aquecimento de materiais possui filtros e procedimentos e geralmente são licenciados pelo órgão ambiental.



Já os resíduos gerados pela pavimentação serão de responsabilidade da empresa contratada fazer a relocação e a correta destinação do mesmo, sempre é claro com a devido acompanhamento do fiscal técnico ou seu suplente.

Salientamos ainda que a execução destes serviços a serem contratados por este ETP não, agride e não deixa exporto resíduos que possam comprometer o meio ambiente a logo prazo.

Porem o município neste exige que a contratada deva adotar boas práticas de conduta afins de eliminar ou minimizar possíveis impactos não previstos neste:

- Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão ambiental.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substancias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;
- Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associação ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais
- Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.



Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento deste produto, uma vez que entendemos que este serviço deve ser executado por empresa devidamente qualificada e com boas referências.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Conforme Art. 6º inciso XXIX: empreitada por preço global

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Concorrência

Critério de julgamento: menor preço

Modo de disputa: aberto

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Incluem-se neste mapa de risco, aqueles que tangiam o processo que permeiam o planejamento da contratação, seleção do fornecedor, execução do objeto e a gestão do contrato.

O gerenciamento de risco permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Entende-se por ação preventiva, ações e serem tomadas, com base no desenho do mapa de risco, de forma de prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no são ações a serem tomadas na ocasião onde os danos começarem a ocorrer, com a materialização dos riscos previstos.



Classificação da Probabilidade (P)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

Classificação do Impacto (I)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

RISCO 01 -						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
1. Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 Especificação suficiente para atender as necessidades da Instituição. 2 – Pesquisa e preços adequados aos preços praticados pelo mercado e outros órgãos públicos.			1 - Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Adequação das especificações e/ou da pesquisa de preços. 2 - Incrementar os meios de divulgação da licitação			1 – Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento			

RISCO 02 –						
(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(X)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
2. Pedido de impugnação do Instrumento Convocatório.						



Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Especificação suficiente capaz de atender as necessidades da Instituição sem frustrar a participação dos licitantes na Licitação. 2 – Observação as legislações pertinentes em torno do objeto	1 – Equipe de planejamento 2 – Equipe de planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Analisar o pedido com base nos princípios norteadores da Licitação para indeferir ou não o pedido. 2 - Caso seja deferido o pedido, promover o cancelamento do certame para adequação do(s) item(ns) questionado (s).	1 – Equipe de planejamento 2 – Equipe de planejamento

RISCO 03 –

- (X) Planejamento da Contratação
() Execução do Objeto
(X) Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

Probabilidade: () Baixa (x) Média () Alta
Impacto: (x) Baixa () Média () Alta

DANO

Interposição de recurso contra a proposta classificada, inicialmente, em primeiro lugar, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Analisar as propostas apresentadas e os demais documentos encaminhados ou solicitados para averiguação do atendimento das exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Receber o recurso e analisá-lo com base nos princípios norteadores da Licitação, emitindo parecer fundamentado quanto ao mérito do pedido e encaminhá-lo para a autoridade competente homologadora do certame.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

RISCO 04					
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	Planejamento da Contratação				
<input type="checkbox"/> ()	Execução do Objeto				
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	Seleção do Fornecedor				
<input type="checkbox"/> ()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Baixa	<input type="checkbox"/> ()	Média	<input type="checkbox"/> () Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> ()	Baixa	<input type="checkbox"/> ()	Média	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Alta
DANO					
Recusa da licitante homologada em assinar o Instrumento Contratual.					
Ações Preventivas			Responsáveis		
1 – Prever no Edital e seus anexos a (a) penalidade (s) cabíveis, solicitando a apresentação de uma declaração de Exequibilidade da proposta, na fase de aceitação, se necessário.			1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação		
Ação de Contingencia			Responsáveis		
1 – Solicitar uma justificativa formal da referida licitante para a recusa 2 - Comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível. 3- Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame.			1 – Autoridade da licitação 2 – Autoridade da licitação 3 – Autoridade da licitação		

RISCO 05 –					
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	Planejamento da Contratação				
<input type="checkbox"/> ()	Execução do Objeto				
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	Seleção do Fornecedor				
<input type="checkbox"/> ()	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	Baixa	<input type="checkbox"/> ()	Média	<input type="checkbox"/> () Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> ()	Baixa	<input type="checkbox"/> ()	Média	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Alta
DANO					
Inaptidão técnica para fornecimento de materiais					
Ações Preventivas			Responsáveis		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 – Prever no Edital e seus anexos a exigência de atestado de capacidade técnica e especificação adequada dos materiais conforme normas técnicas vigentes.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Desclassificação da empresa licitante 2 - Reabrir a Sessão Pública para a negociação com as próximas colocadas no certame. 3 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	1 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 2 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação 3 – Autoridade da licitação e Comissão de Licitação

RISCO 06 –

(X)	Planejamento da Contratação
()	Execução do Objeto
(X)	Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato

Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta

DANO

Especificação genérica, que ocasiona falta de critérios na aceitação da proposta – Morosidade.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Nomeação adequada da equipe de planejamento de planejamento com conhecimento técnico do objeto 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.	1 – Autoridade homologadora do certame 2 - Autoridade homologadora do certame



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido	1 - Autoridade da Licitação

RISCO 07 –

(X)	Planejamento da Contratação
()	Execução do Objeto
(X)	Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta

DANO

Especificações utilizadas não espelham o usual de mercado, ou das contratações de outros órgãos e entidades da Administração Pública, o que acarreta dificuldade na realização de estimativa de preços.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Nomeação adequada da equipe de planejamento da contratação com conhecimento técnico do objeto 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.	1 - Autoridade homologadora 2 - Autoridade homologadora
Ação de Contingencia	Responsáveis
Apurar junto a equipe de planejamento da contratação as causas do ocorrido	1 - Autoridade da Licitação

RISCO 08 –

(X)	Planejamento da Contratação
()	Execução do Objeto
(X)	Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa () Média (X) Alta
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta

DANO

Inabilitação e/ou desclassificação de licitante por não atender as exigências do Edital.

Ações Preventivas	Responsáveis
--------------------------	---------------------



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 - Prevê no instrumento convocatório as regras gerais e específicas de comportamento durante a sessão pública, celebração e gestão do contrato	1 - Equipe de Planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Inabilitar e/ou desclassificar a empresa com base nas regras estabelecidas no Instrumento Convocatório. 2 - Analisar se o ato da licitante se enquadra nas tipificações de ilícitos previstas na lei e no instrumento convocatório. Se for o caso de existir elemento plausível de comportamento ilícito, devesse comunicar a Diretoria de Administração a ocorrência do ilícito e da necessidade de se instaurar processo administrativo sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	1 - Autoridade da Licitação 2 - Autoridade da Licitação

RISCO 09 –

- ☐ Planejamento da Contratação
☒ Execução do Objeto
☐ Seleção do Fornecedor
☒ Gestão do Contrato

Probabilidade: ☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta
 Impacto: ☐ Baixa ☐ Média ☒ Alta

DANO

Atraso na instalação e fornecimento dos materiais necessários ao início da prestação dos serviços.

Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Prever no Edital e seus anexos as exigências para entrega dos materiais e as sanções do não atendimento. 2 - Comunicar, formalmente, a contratada sobre o prazo para entrega dos materiais e das implicações decorrentes do não cumprimento das obrigações.	1 - Equipe de planejamento 2 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.	1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

RISCO 10–						
<input type="checkbox"/>	Planejamento da Contratação					
<input checked="" type="checkbox"/>	Execução do Objeto					
<input type="checkbox"/>	Seleção do Fornecedor					
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Falhas na fiscalização administrativa que implique em responsabilização da Administração.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.			1 - Gestor do Contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.			1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato			

RISCO 11–						
<input type="checkbox"/>	Planejamento da Contratação					
<input checked="" type="checkbox"/>	Execução do Objeto					
<input type="checkbox"/>	Seleção do Fornecedor					
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Não acompanhamento dos termos aditivos e cronogramas estabelecidos para execução do projeto, ocasionando morosidade e desperdício de recursos públicos.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.			1 - Gestor do Contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 - Abrir Processo Administrativo Sancionador à Diretoria de Administração e Planejamento para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível quanto ao descumprimento dos prazos estabelecidos para execução da obra.	1 - Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato
--	---

RISCO 12–						
<input type="checkbox"/>	Planejamento da Contratação					
<input checked="" type="checkbox"/>	Execução do Objeto					
<input type="checkbox"/>	Seleção do Fornecedor					
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input checked="" type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Comportamento inadequado de colaboradores da empresa prestadora de serviços no ambiente institucional.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Prever no Instrumento Convocatório a substituição do colaborador, a pedido da contratante, no caso de comportamento inadequado do mesmo.			1 - Equipe de planejamento			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Solicitação de substituição do colaborador à empresa contratada.			1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			

RISCO 13–						
<input type="checkbox"/>	Planejamento da Contratação					
<input checked="" type="checkbox"/>	Execução do Objeto					
<input type="checkbox"/>	Seleção do Fornecedor					
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
DANO						
Composição de custos incorreta, resultando em aditivos de valores e prazo.						
Ações Preventivas			Responsáveis			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1 - Contratação de empresa especializada na formação de custos de obras e serviços de engenharia com expertise na área. 2 - Normativo que estabeleça os responsáveis para elaboração do TR e das especificações, com profissionais qualificados.	1 - Equipe de planejamento 2 - Equipe de planejamento
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Verificar os elementos que geraram o aditivo e apurar a quem lhe é atribuído a causa.	1 - Fiscal e Gestor do Contrato

RISCO 14-						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Falhas no ateste definitivo; Autorização para efetuar pagamento por serviços mal prestados ou mal executados.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Nomeação e indicação de gestor e fiscal do contrato devidamente capacitados para a função.			1 - Gestor do Contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir os que deram causa ao prejuízo apurado.			1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			

RISCO 15-						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DANO	
Descumprimento de obrigações contratuais por parte da contratada	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, bem como as consequências para os eventuais descumprimentos	1 - Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade à Diretoria de Administração e Planejamento para averiguar ocorrido e punir a quem tenha dado causa ao ilícito.	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato

RISCO 16-	
()	Planejamento da Contratação
(X)	Execução do Objeto
()	Seleção do Fornecedor
(X)	Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descumprimento de Prazos executivos em função do clima ou excesso de chuva.	
Ações Preventivas	Responsáveis
1 - Estabelecer de forma clara e objetiva as obrigações da contratada, manter em obra diário de obras, com controle pluviométrico diário.	1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Abrir Processo Administrativo em tempo para acompanhamento e elaboração de aditivos de prazo para garantir a continuidade dos serviços.	1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato



RISCO 17-						
()	Planejamento da Contratação					
(X)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
(X)	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						
Depredação de elementos com calçadas acessos rampas elementos de drenagem e outros do pavimento, durante a execução do contrato						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Estabelecer e formalização junto a empresa contratada, de forma clara e objetiva, as responsabilidades sobre a correção dos elementos predados.			1 - Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 – Noticiar a contratada, quando a correção das ocorrências e dar prazo não superior a vigência para a correção. 2 - não fornecer atestados ou outros documento de concluso da obra sem a devida correção dos problemas .			1-Gestor do Contrato/Fiscal do contrato			

Probabilidade de Ocorrência	Alta		Risco08,	
	Media	Risco03,		Risco 09, Risco 16,
	Baixa	Risco 13,	Risco 06, Risco 07, Risco 14, Risco 17	Risco 01, Risco 02, Risco 04, Risco 05, Risco 10, Risco 11, Risco 12, risco 14,
		Baixa	Media	Alta
Gravidade/Impacto				



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não haverá necessidade de sigilo sobre o orçamento proposto

Dois Vizinhos, 12 de dezembro de 2024.

Juscelino Thomazi
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 18757-1